



JORNAL DO SINDILEGIS PERNAMBUCO

SINDICATO DOS SERVIDORES NO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

UMA PUBLICAÇÃO INSTITUCIONAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES NO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Conectado com a base

Em ano atípico, Sindilegis-PE mantém mobilização e garante vitórias na Campanha Salarial



PÁG. 4 e 5



Live musical e sorteios marcam Dia do Servidor

Pág. 3



Reforma Administrativa ameaça serviço público

Pág. 6 e 7



Pandemia: populações vulneráveis recebem apoio

Pág. 8

Adiciona a gente no zap!

Para melhorar a comunicação direta com os filiados, o Sindilegis-PE passou a contar, neste ano de 2020, com uma lista de transmissão pelo WhatsApp.

Por meio dela, são enviadas informações de interesse de toda a categoria. Além disso, a ferramenta de mensagens é mais um canal para que os servidores e as servidoras tirem dúvidas e encaminhem sugestões à associação.

Para fazer parte da lista de transmissão do Sindilegis-PE, basta enviar uma mensagem pelo WhatsApp para o número (81) 99329-1565. Também é possível acessar diretamente por meio do QR Code abaixo:



Nº 20 | Dezembro de 2020

Presidente: Marconi Glauco
Vice-presidente: Maurício da Fonte
Secretário-geral: Irialo Lopes
Primeiro-secretário: Leonardo de Lima
Primeiro-tesoureiro: Washington Luiz
Tesoureiro-geral: Josias Ramos
Secretário de Formação Sindical: Fabrício Martins
Secretária de Políticas Públicas: Zulmira Andrade
Secretária de Comunicação: Helena Alencar

Conselho Fiscal

Claudio Alencar | Romualdo Fidelis
Ednilson Cardoso | Amaro Macedo
Júlia Guimarães

Jornalista responsável: Helena Alencar
Diagramação e projeto gráfico: Elton Ribeiro
Reportagem e fotografia: Tiago Pavão (estagiário)

Sindilegis Pernambuco
Endereço: Rua da União, 557 - Ed. Leite Maia, 701
Boa Vista - Recife - PE
CEP: 50050-010 | Telefone: (81) 3221-8310
www.sindilegis-pe.com.br
Facebook/SindilegisPernambuco
Instagram: @sindilegispe



FALA, PRESIDENTE!



Começamos o ano com uma expectativa de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e de avanços em nossas pautas; duramente atacados por um Governo Federal sem rumo e um Congresso Nacional majoritariamente liberal e conservador. Mas eis que, no meio do caminho, tinha uma pandemia, e tudo mudou.

Tivemos que aderir ao isolamento social e – em razão, principalmente, do negacionismo sobre a gravidade da doença pelo atual presidente da República e sua equipe – o número de vítimas fatais cresceu e ainda não saímos de um alto patamar de casos e mortes diárias, mesmo após oito meses de crise sanitária. Para alguns especialistas, estamos entrando na segunda onda da doença sem sequer ter saído da primeira.

O principal objetivo passou a ser a preservação de vidas e a sustentação dos mais atingidos pela Covid-19 e pelo desemprego. Outras questões tornaram-se secundárias. Mais uma vez, foi o serviço público o grande pilar de apoio para milhões de pessoas, por meio do SUS.

Nesse contexto, o Sindilegis-PE fez sua parte, junto com a categoria.

Paralisamos a campanha salarial no período mais crítico da pandemia, nos engajamos em ações solidárias – moradores de rua e povos indígenas – e apoiamos sindicatos de trabalhadores que tiveram direitos atacados, como os rodoviários do Recife.

Apesar da interrupção das negociações em torno da pauta, seguimos atentos e dialogando com a Mesa Diretora e a direção da Alepe. O foco foi garantir os direitos já adquiridos, como a progressão na carreira, com a quitação dos retroativos. E fomos além, como no pagamento das licenças dos aposentados.

Ainda buscamos alternativas para garantir o poder de compra da categoria por meio de alternativas legais e viáveis dentro do orçamento da Casa, já que há uma lei federal proibindo a reposição salarial no serviço público até 2021. Mas o período eleitoral e as dificuldades no diálogo virtual prejudicaram o avanço desses pleitos.

Para 2021, as indefinições em relação à pandemia continuam. Decerto, precisamos avançar, ainda mais, na discussão sobre um retorno seguro às atividades presenciais e aprimorar e instituir o *home office*, que funcionou muito bem neste ano. Também vamos discutir uma nova pauta, em razão dos desafios colocados.

Praticar o isolamento social, usar máscara, lavar bem as mãos, cuidar da saúde dos nossos corpos e mentes, exercer a solidariedade. É o que podemos fazer enquanto aguardamos uma vacina. Daí, estaremos prontos a continuar, *todxs* na luta, na comemoração dos 30 anos do Sindilegis-PE.

Um feliz Natal e um Ano Novo cheio de saúde, alegrias e conquistas!

Marconi Glauco



Dia do Servidor Público com live e sorteios para celebrar vitórias



Alisson e Tonfil apresentaram poesias e canções para evento em homenagem à categoria

O ano de 2020 foi atípico, mas o Sindilegis-PE buscou se reinventar. Para a tradicional comemoração do Dia do Servidor e da Servidora, festejado em 28 de outubro, a organização promoveu uma transmissão ao vivo – a famosa *live* – no Instagram. O encontro foi abrihantado pelos cantores Alisson Islan e Tonfil, que declamaram versos e entoaram clássicos da música popular brasileira.

O presidente do sindicato, Marconi Glauco, fez uma fala em defesa da categoria e do serviço público, chamando atenção para os desafios que se apresentam no atual cenário político. “Estamos

na iminência de uma Reforma Administrativa, baseada em mitos e mentiras”, lembrou. “Mas, mesmo com a pandemia, continuamos o trabalho de forma remota, não parando, em momento algum, de buscar as melhorias reivindicadas pela categoria.”

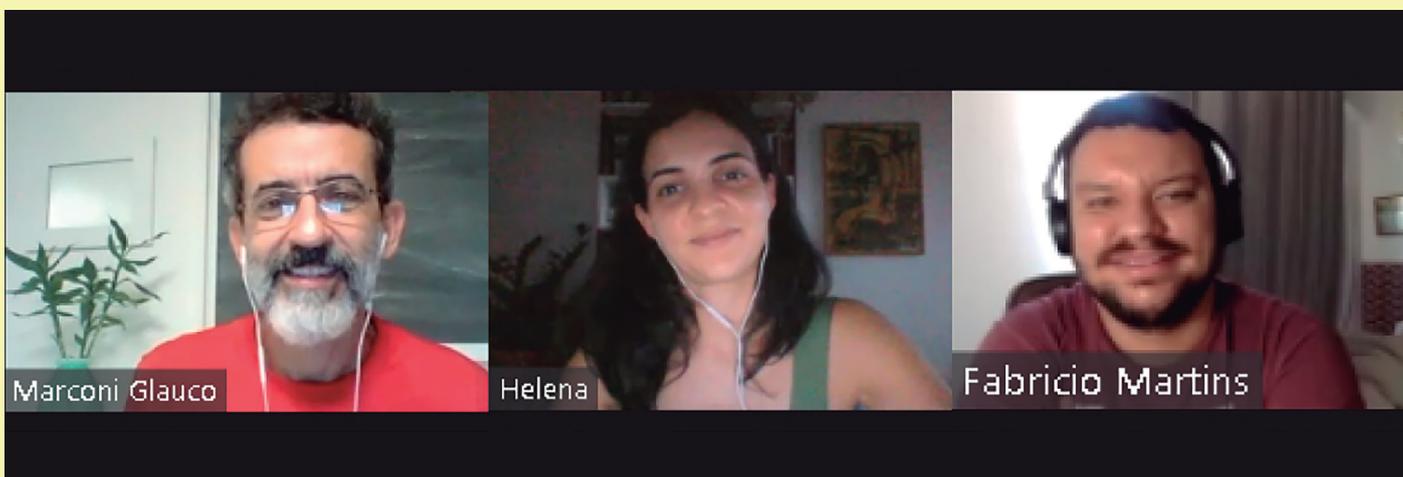
Também nesse sentido, o secretário de Formação Sindical, Fabrício Martins, defendeu a união como estratégia. “É mais um 28 de luta, porque estamos vivendo um momento difícil devido são só à pandemia, mas também aos novos ataques do Governo Federal contra a classe trabalhadora e os servidores públicos. O caminho da vitória é a mobilização”, acredita.

Secretária de Comunicação, Helena Alencar reforçou a importância da leitura e da difusão da cartilha sobre a proposta de Reforma Administrativa, disponível no site do Sindilegis-PE (saiba mais nas págs. 6 e 7). “Precisamos conversar com amigos e familiares. Muitas pessoas tendem a apoiar a Reforma, mas também podem conhecer

outro ponto de vista e mudar de opinião”, explicou.

Durante a transmissão, foram sorteados dois finais de semana em hotéis pernambucanos, um no campo e o outro, na praia. Primeira a ser premiada, a servidora do Departamento Médico Iane Michele de Melo escolheu a Pousada Pedra do Rodeadouro, em Bonito, para celebrar o dia dela. “A proposta do Sindicato veio como inovação. Realmente, o sorteio de um final de semana diferente e atrativo, valorizando o nosso Estado, muito me agradou. E, diante da surpresa de ter sido a sorteada, me trouxe grande alegria”, revelou a vencedora.

Na sequência, foi a vez do servidor Filipe Monteiro de Melo, da Superintendência de Tecnologia da Informação, ganhar uma estadia na Pousada Xalés de Maracápe, em Ipojuca. Ele elogiou a ação comemorativa e já desfrutou do presente. “Foi bom para criar interesse e aproximação via redes sociais. Sobre o prêmio, minha família precisava de um momento assim nesse período difícil, só temos a agradecer.”



O presidente Marconi Glauco e os diretores Helena Alencar e Fabrício Martins destacaram a luta do Sindilegis-PE em defesa dos servidores públicos



Apesar dos grandes desafios, ano teve conquistas

Sindicato adapta-se ao cenário de pandemia e assegura vitórias na Campanha Salarial 2020



do Eriberto Medeiros (PP), o primeiro-secretário, deputado Clodoaldo Magalhães (PSB), e a terceira-secretária, deputada Teresa Leitão (PT).

Para o presidente do Sindilegis-PE, Marconi Glauco, as mudanças em decorrência da pandemia dificultaram as negociações. “Tivemos que fazer toda uma adaptação do processo e analisar o que poderia ser feito, já que a questão salarial foi bloqueada pela Lei 173”, comentou. Apesar dos contratemplos, ele salienta o “saldo positivo em 2020”. “A diretoria já estuda alternativas para manter o poder de compra dos servidores em 2021”, assegurou.

Em 12 de março, a categoria aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a pauta da Campanha Salarial 2020. Apenas cinco dias depois, a Alepe orientaria os servidores a trabalharem remotamente e, dentro de dois meses, o Governo de Pernambuco adotaria medidas ainda mais restritas de circulação para conter a curva ascendente de mortes causadas pelo novo coronavírus.

Rapidamente, o Sindilegis-PE precisou se readequar à nova situação. Passou a realizar suas atividades virtualmente e defendeu, junto à Mesa Diretora, a permanência dos servidores e servidoras do Poder Legislativo em atuação remota até 2021 – ou além, enquanto não houver condições seguras para o retorno aos trabalhos presenciais.

Mesmo diante da sanção da Lei Complementar Federal nº 173, em 27 de maio de 2020, congelando os salários dos servidores públicos até 31 de dezembro de 2021, o sindicato não desanimou. Buscou outras con-

quistas importantes para a categoria, ainda viáveis no cenário político e orçamentário que se estabeleceu.

Graças aos frequentes contatos com integrantes da Mesa Diretora da Casa, foi possível assegurar a progressão dos servidores que ainda não estão no último nível da carreira, com pagamento de retroativo em novembro. O pagamento das licenças prêmio aos servidores aposentados que adquiriram esse direito até 1999 também foi garantido a partir da atuação do sindicato.

Outras duas conquistas importantes para a organização do trabalho foram mantidas por iniciativa do Sindilegis-PE: a publicação antecipada do calendário de feriados e pontos facultativos de 2021 e das datas do próximo recesso administrativo.

Foram realizadas reuniões virtuais, telefonemas e trocas de mensagem frequentes a fim de manter a articulação em prol da categoria. De um desses encontros online, participaram o presidente da Alepe, deputa-



Sindilegis faz ações remotas para manter a base integrada

Em razão da pandemia provocada pelo novo coronavírus (Covid-19), o Sindilegis-PE suspendeu, no dia 17 de março, as atividades presenciais, seguindo as orientações das autoridades sanitárias. Mas o trabalho continua, com ações sindicais e atendimento administrativo ocorrendo de forma remota. Além disso, ao longo de 2020, o sindicato apostou em eventos virtuais para manter a integração com a base.

Reuniões quinzenais de diretoria, contatos frequentes com a Mesa Diretora e encontros com servidores foram realizados de forma online. Telefone e e-mail

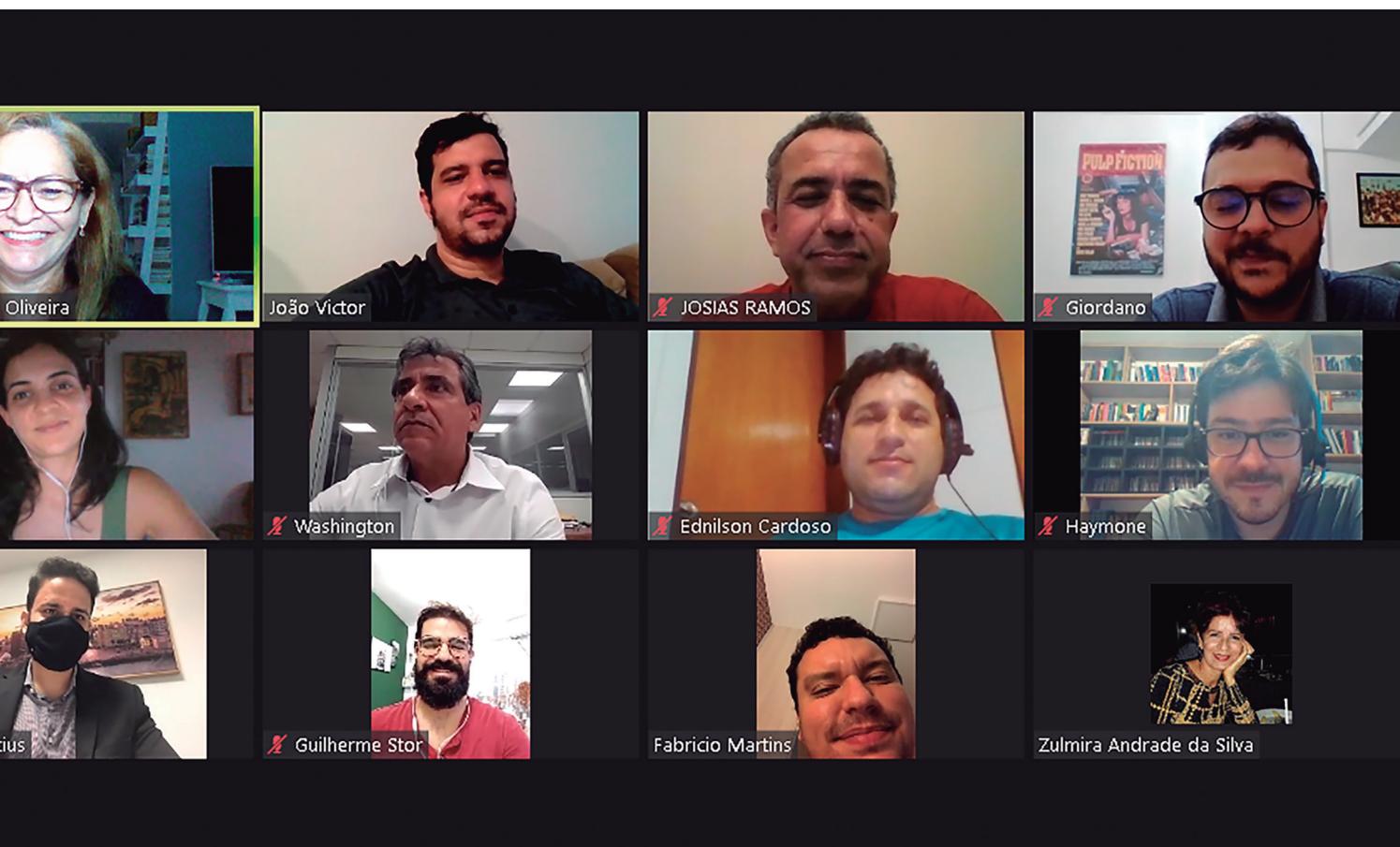
também são usados com frequência, assim como uma novidade implantada neste ano: a lista de transmissão pelo WhatsApp (saiba mais na página 2).

Para o presidente Marconi Glauco, a experiência demonstra o empenho da organização em dar prosseguimento às pautas da categoria. “A experiência dos encontros virtuais, no início, se mostrou bastante dificultosa, até pela falta de costume. Apesar disso, conseguimos manter um contato constante com a Mesa Diretora, por meio de articulações, encaminhar as demandas”, afirmou.

O sindicato também apostou em formas inovadoras de

celebrar datas queridas da categoria, como o Dia do Servidor e da Servidora (ver na página 3), o São João e as comemorações de fim de ano.

Para o tesoureiro-geral do Sindilegis-PE, Josias Ramos, esses eventos motivam e estimulam a participação de mais colegas. “É necessário neste momento que estamos vivendo, até mesmo pela impossibilidade de se reunir presencialmente. Congratulações, mesmo virtuais, fortalecem nossos laços, nossa integração e a unidade sindical que viemos construindo nesses anos todos”, pontuou.

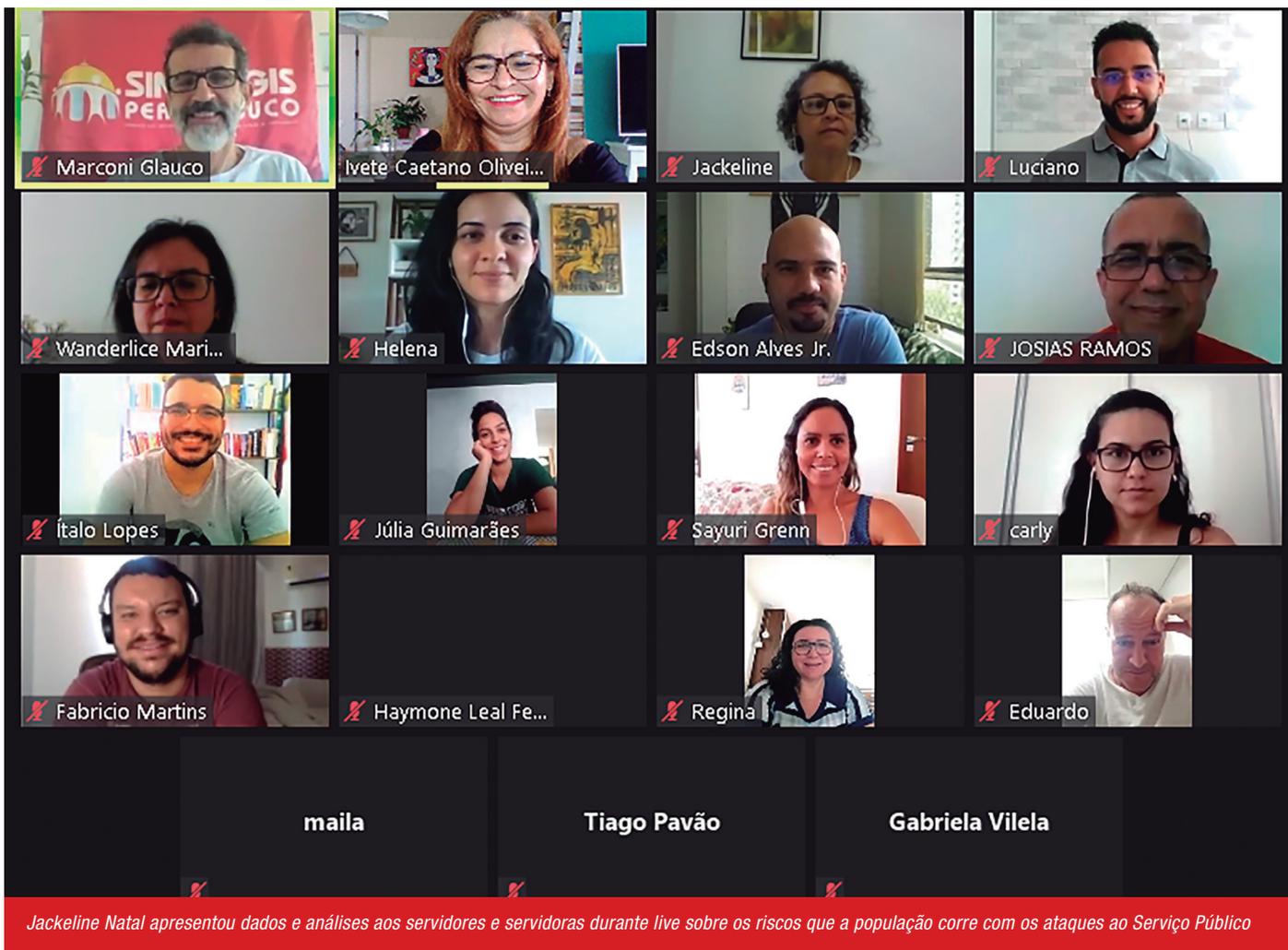


Atividades sindicais de base da gestão Todxs na Luta utilizaram ferramentas virtuais para a discussão da pauta de reivindicações de 2020



Serviço público sob ataque

Sindilegis-PE realiza encontro virtual e lança cartilha para discutir e explicar proposta de Reforma Administrativa



Neste ano, o Sindilegis-PE realizou sua primeira conferência virtual, a fim de debater um tema central para o serviço público brasileiro: a proposta de Reforma Administrativa do Governo Federal. Por meio de uma ferramenta *online*, no dia 18 de setembro, a supervisora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em Pernambuco, Jackeline Natal, explicou os principais pontos do projeto e desconstruiu mitos relacionados ao assunto.

A especialista apontou uma tendência de “mercantilização dos direitos sociais”, que vem sendo

construída a partir de leis como a do Teto de Gastos e a da Reforma Previdenciária. Outros problemas discutidos foram o fim do Regime Jurídico Único (RJU) e da estabilidade do servidor público, exceto para as chamadas “carreiras de estado”. “Além dos militares, excluíram dessa reforma os núcleos institucionais de resistência: Ministério Público, Poder Judiciário e políticos”, ressaltou.

Jackeline Natal pontuou que, diferentemente do que o Governo Federal tem dito, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 afeta também os servidores atuais, inclusive os inativos. “Ela proíbe o pagamento de retro-

ativos nas negociações de reajuste estaduais e municipais, por exemplo, mesmo que o órgão tenha orçamento para isso”, disse.

Presidente do sindicato, Marconi Glauco endossou as críticas à proposição do Governo Bolsonaro. “Essa reforma, na verdade, é um ataque ao serviço público como um todo: fim do concurso público, da estabilidade, das progressões (e, consequentemente, das planos de cargos e salários). Permissão para contratações temporárias – com escolhas políticas, portanto”, observou. “Está em jogo o tipo de Estado que teremos para oferecer à população que mais precisa dele.”



O que você precisa saber



Tendências

Direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 (educação, saúde, trabalho, assistência social, segurança, moradia, previdência social, entre outros) estão sendo, aos poucos, **transformados em mercadoria**.

Reduzidos a meros serviços na ótica privada, são ambicionados por um mercado que deseja acessar os volumosos orçamentos assegurados por lei a essas áreas.

Quem a reforma atinge?

Com exceção de militares, juízes, promotores e parlamentares, **todos os servidores públicos serão prejudicados**. Será o fim do pagamento retroativo de aumentos, inclusive em nível estadual e municipal. Além disso, ao criar novas carreiras, acaba com a paridade e a integralidade mesmo para quem já tinha esses direitos adquiridos.

Fim da estabilidade

A estabilidade só valerá para um grupo de carreiras consideradas “típicas de Estado”. **A maioria dos funcionários públicos será excluída dessa regra** e ficará sujeita a mandos (e desmandos) de quem estiver no poder.

Demissão de servidor

A proposta **facilita o desligamento de servidores públicos**. Se estiver em discussão na Justiça, não será mais necessário aguardar a decisão final. E foi anunciado um projeto de lei complementar regulamentando a demissão por “baixo desempenho”. A questão é: quem avaliará o servidor?

Centralização excessiva

A PEC quer autorizar o Poder Executivo a extinguir cargos e órgãos públicos por meio de decreto, entre outras medidas.

O sindicato resumiu a proposta de Reforma Administrativa do Governo Federal em uma cartilha didática, feita para ser lida até mesmo no celular. Acesse no link bit.ly/CartilhaReforma ou por meio do QR Code ao lado.



Solidariedade em tempos de pandemia

Campanhas apoiam agricultores familiares, povos indígenas e pessoas em situação de rua

O isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 atingiu diversas famílias pernambucanas, que perderam renda e acesso a serviços e recursos básicos. A solidariedade surgiu como resposta a essa situação, com a participação do Sindilegis-PE, representando toda a categoria, em algumas dessas ações.

Inicialmente, o sindicato apoiou financeiramente a campanha do Projeto Mãos Solidárias, da Igreja Católica junto com o Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que fornece marmitas para pessoas em situação de rua no Centro do Recife. Também divulgou, nas redes sociais, os contatos dos agricultores familiares que participavam das feirinhas promovidas em frente à Alepe, bem como de dicas para apoiar outros trabalhadores nesses tempos difíceis.

Em outubro, o Sindilegis-PE uniu-se aos sindicatos dos servidores estaduais do Ministério Público (Sindsemppe), Tribunal de Contas (Sindicontas) e de Justiça (Sindjud-PE) para promover a doação de quase uma tonelada de alimentos para cerca de 3 mil indígenas da etnia Fulni-ô, em Águas Belas. Além de uma ajuda direta em dinheiro, foi criada uma vaquinha *online* para ações de enfrentamento ao novo coronavírus, realizadas pela Associação Taidjôah.

A pauta chegou ao sindicato por meio do servidor André Zahar. Segundo ele, o apoio do Sindilegis-PE foi fundamental. “Sinto uma grande honra em ter contribuído para ativar

essa rede, que tomou a frente da campanha e contribuiu decisivamente para apoiar, neste momento tão difícil, uma população severamente atingida pelo novo coronavírus”, afirmou.

“Mais do que isso: o sindicato ajudou a garantir os direitos e a preservação da cultura de um povo que há milênios habita este nosso continente e com o qual temos muito ainda para aprender se quisermos viver num país com mais justiça, diversidade e equilíbrio com o meio ambiente”, complementou Zahar.

Para o presidente do sindicato, Marconi Glauco, esse tipo de ação se alinha à ideologia da organização. “O Sindilegis-PE tem, entre as prerrogativas, a de ser uma entidade solidária. A pandemia atingiu milhares de brasileiros, muitos deles, desempregados. Tentamos nos engajar, junto a três sindicatos parceiros, para atenuar um pouco o sofrimento dessas pessoas.”



Armazém do Campo/Divulgação



Armazém do Campo/Divulgação



Associação Taidjôah/Divulgação



Associação Taidjôah/Divulgação

